



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAIÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS
Praça Cristo Redentor, 199 tel.: (0**35) 3744-1407.
CNPJ: 18.279.083/0001-65



ATO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

Lei Ordinária nº 474/2022

Considerando a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores de Projeto de Lei nº 475/2022 em sessão ordinária de 27 de Maio de 2022, de autoria do Poder Executivo;

O Prefeito do Município de Jequitaiá, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitaiá aprovou e eu sanciono o Projeto de Lei nº 475 e, em ato contínuo, promulgo a Lei Ordinária nº 474 de 30 de Maio de 2022.

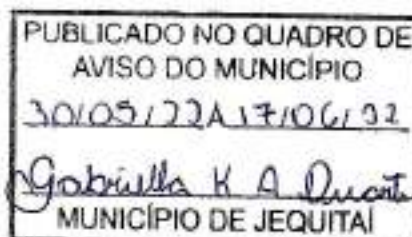
Registra-se, publique e cumpra-se.

Certifico e dou fé que a presente lei foi publicada no Diário Oficial do Município de Jequitaiá na data de 30 de Maio de 2022 para conhecimento público, conforme inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica do Município.

Jequitaiá/MG, 30 de Maio de 2022.

Eldimá Caldeira Benfica

Prefeito Municipal

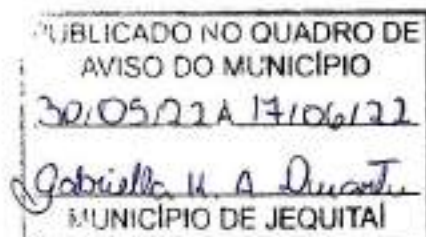




PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS
Praça Cristo Redentor, 199 tel.: (0**38) 3744-1407.
CNPJ: 18.279.083/0001-65



LEI ORDINÁRIA Nº 474 DE 30 DE MAIO DE 2022.



DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do Artigo 165 da Constituição Federal de 1988, nas normas da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Jequitai relativo ao exercício de 2023, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - orientações gerais para elaboração e estrutura da Lei Orçamentária Anual (LOA);
- III - disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV - disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V - equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - critérios e formas de limitação de empenho;
- VII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII - condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação;

X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI - definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição de despesas consideradas irrelevantes;

XIII – disposições sobre a dívida pública;

XIV – disposições sobre o orçamento do Poder Legislativo e da Administração

Indireta;

XV – das disposições gerais e finais.

...LICADO NO QUADRO DE
AVISO DO MUNICÍPIO

30.105.122.17.106.1.22

Gabriella K. A. Duarte
MUNICÍPIO DE JEQUITAI

Seção I

Das metas e prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2023 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e as ações estabelecidas no Plano Plurianual relativo ao período de 2022-2025, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2023 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, tanto no aspecto das metas físicas quanto das metas financeiras.

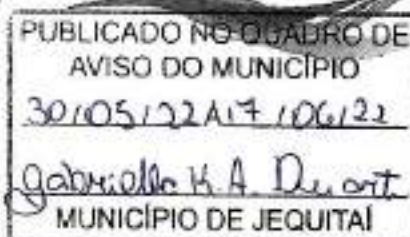
§ 1º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* desse artigo.

§ 2º - O projeto de Lei Orçamentária para 2023 conterá demonstrativo de observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



Seção II

Orientações gerais para elaboração e estrutura da Lei Orçamentária Anual

Art. 3º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2023 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o Princípio da Publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, promovendo a participação popular nos termos do artigo 48, §1º, Inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo Único - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, os Poderes Executivo e Legislativo e as Entidades da Administração Indireta deverão implantar e manter atualizado sítio eletrônico, de livre acesso ao cidadão, com os dados e as informações exigidas pelas Leis Federais 131/2009 e 12.527/2011, como também devem publicar o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Art. 4º - As categorias de programação de que trata essa Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e especificação das fontes e destinação de recursos, observando as Portarias SOF/STN nº 42/1999 e nº 163/2001 com suas alterações posteriores e a Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025.

Art. 5º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023, a despesa será discriminada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, além da especificação das fontes e destinação de recursos, de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo Único: Na elaboração da proposta orçamentária deve ser observada a estrutura organizacional do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



Art. 6º - O orçamento fiscal da seguridade social e de investimentos compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 7º - O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à

Câmara Municipal será constituído de:

PUBLICADO NO QUADRO DE
AVISO DO MUNICÍPIO

30/05/22 A 17/06/22

Gabriella H. A. Duarte
MUNICÍPIO DE JEQUITAI

I - texto da lei;

II - documentos referidos nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República;

III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 26 da Lei nº 14.113/2020;

IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento ao disposto na Emenda à Constituição da República nº 29, de 13/09/2000;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 8º - As estimativas de receitas e a fixação de despesas para o exercício de 2023 a serem consideradas nos Anexos de Metas Fiscais, deverão obedecer às diretrizes constantes desta Lei e poderão ser adequadas às possíveis variações que possam ocorrer para mais ou para menos, até a elaboração da proposta orçamentária.

§ 1º - Ocorrendo a hipótese prevista no *caput* do artigo, os ajustes necessários serão realizados preferencialmente no valor da Reserva para Contingenciamento.

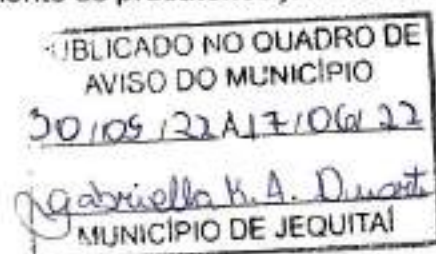
§ 2º - O projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como das alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta lei.

Art. 9º - O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao setor de planejamento do Poder Executivo, até o dia 29 de julho de 2022, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação ao projeto de Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Único – Caso o Poder Legislativo não cumpra o disposto no parágrafo acima, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias a entrega da proposta orçamentária pelo poder Executivo, que passa de 31/08/2022 para 30/09/2022.

Art. 10 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas especificações das fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11 - A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



Parágrafo Único – Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação do Setor Jurídico do Município.

Art. 12 - Na fixação das despesas para o exercício de 2023, será assegurada a aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% (quinze por cento) nas ações e serviços públicos de saúde.

Subseção Única

Da definição do Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 13 – A Lei Orçamentária conterá dotação para a reserva de contingência de até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2023, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais, observado o disposto nos arts. 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e no art. 8º da Portaria Interministerial 163 de 2001.

Parágrafo único – A proposta orçamentária para 2023 adicionará na Reserva de Contingência o valor de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida para servir como fonte de recursos para atendimento das emendas individuais de execução obrigatória.

Seção III

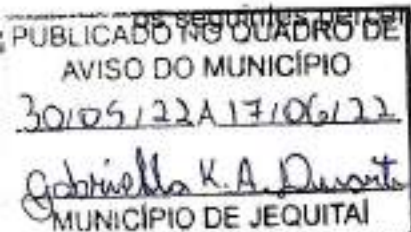
Disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários

Art. 14 - A despesa com pessoal do Município não poderá ultrapassar 60% (sessenta por cento) do total da receita corrente líquida.

Art. 15 - A repartição do limite constante do artigo anterior não poderá exceder

as seguintes percentuais:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Parágrafo único - Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V - com inativos e pensionistas, ainda que por intermédio de unidade gestora ou fundo específico, quanto a parcela custeada por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) de transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência, na forma definida pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela orientação, pela supervisão e pelo acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.

PUBLICADO NO QUADRO DE
AVISO DO MUNICÍPIO

30/05/2011 17:06:22

G. Chella K. A. Duarte
MUNICÍPIO DE JEQUITAI

Art. 16 - Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000, a adoção de medidas não deverá prejudicar o atendimento à saúde, educação e assistência social do Município.

Art. 17 - Se a despesa com pessoal atingir o nível de 95% (noventa e cinco por cento) dos limites estipulados para cada Poder, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



competência do Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo, é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

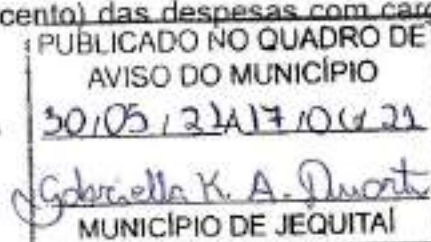
Art. 18 - Desde que obedecidos os limites para gastos com pessoal, definidos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, os Poderes Municipais, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar as estruturas de carreiras, corrigir ou aumentar remuneração dos Servidores e Subsídios dos Agentes Políticos, conceder vantagens fixas e variáveis, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma disposta em lei.

Art. 19 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso sejam ultrapassados os limites estabelecidos no artigo 15 desta Lei:

- I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas-extras;
- III - redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
- IV – exoneração dos servidores não estáveis.

Seção IV

Disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município



Art. 20 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas ou vinculados a programas sociais do Município, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes, conforme art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 21 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, conforme art. 14, §3º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, conforme disposto no art. 14, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 23 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre os quais:

I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

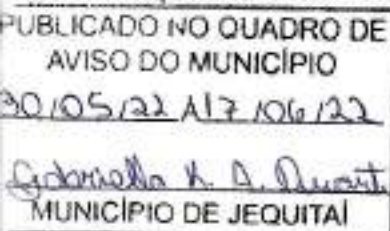
II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - aperfeiçoamento dos processos administrativo-tributários, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 24 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do Município;





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Sobre Imóveis;

VI - instituição de Taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

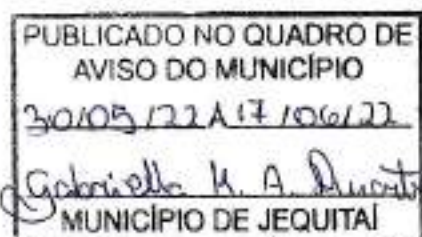
VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX - instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X - a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 25 - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



PUBLICADO NO QUADRO DE
AVISO DO MUNICÍPIO
30.05.22 A 17.10.22
Gabriella K. A. Duarte
MUNICÍPIO DE JEQUITAI

Seção V

Equilíbrio entre receitas e despesas

Art. 26 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 27 - Os projetos de Lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município para o exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição das receitas ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2023 a 2025, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo Único - Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a) A implantação das medidas previstas nos arts. 23 e 24 desta Lei;
- b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c) Chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

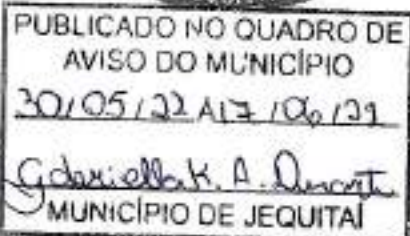
II – para redução das despesas:

- a) Implantação de rigorosa pesquisa de preço, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b) Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



Seção VI

Critérios e formas de limitação de empenho

Art. 29 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2023, prioritariamente nas seguintes despesas:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º - Excluem-se do *caput* desse artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal, as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida e com os precatórios judiciais.

§ 2º - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º - Os poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e da movimentação financeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



§ 4º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2022.

§ 5º - Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Seção VII

**Normas relativas ao controle de custos e a avaliação de resultados dos programas
financiados com recursos dos orçamentos**

PUBLICADO NO QUADRO DE
AVISO DO MUNICÍPIO

30/05/22 A17106132

Gabriella H. A. Duarte
MUNICÍPIO DE JEQUITAI

Art. 30 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação de resultados dos programas de governo.

Art. 31 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º - A Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo".

§ 2º - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e ordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo, pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praca Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
-65 - Tel: (38) 3744-1407.



PUBLICADO NO QUADRO DE

AVISO DO MUNICÍPIO

30/05/2017 10h12

Gabriella K. A. Duarte
MUNICÍPIO DE JEQUITAI

Seção VIII

Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas

Art. 32 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas às entidades:

I – que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação e ou cultural;

II – sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública;

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, que deve ser emitida por autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 33 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de auxílios e contribuições para entidade pública e/ou privada, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, segurança pública, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações de promoção municipal e/ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 34 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades públicas de fins lucrativos, ressalvadas as



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial ou agropecuário.

Art. 35 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferências financeiras a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesse local, observado as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 36 - As entidades beneficiadas com os recursos e as entidades previstas nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do Poder Executivo e Poder Legislativo com finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 37 - As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 32 a 34 desta Seção deverão ser em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação ou convênios, observadas as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e da Lei Federal 13.019/2014.

§ 1º - Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º - É vedada a celebração de convênios, termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação com entidades em situação irregular com o Município em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º - Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberam recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 38 - É vedada a destinação na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

PUBLICADO NO QUADRO DE
AVISO DO MUNICÍPIO
30/05/2022 A 17/10/22
Gabriella K.A. Duarte
MUNICÍPIO DE JEQUITAI



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



Parágrafo único - As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda à pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde, ou a pessoas físicas constantes do cadastro de assistência social do Município.

Art. 39 – Fica autorizada a transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os Órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, limitados ao valor das despesas previstas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

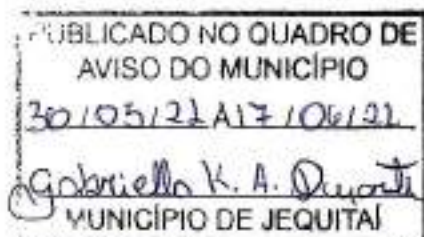
Parágrafo Único - O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Seção IX

Autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação

Art. 40 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam, claramente, o interesse local.

Parágrafo único - A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



Seção X

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JEQUITAI **AVISO DO MUNICÍPIO** **30/05/23 A 17/10/23** **Gabriella K. A. Duarte** **MUNICÍPIO DE JEQUITAI**

a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso

Art. 41 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 com vistas ao cumprimento das metas de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º - Para atender ao *caput* deste artigo, os órgãos da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15(quinze) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, os seguintes demonstrativos:

I - as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - o cronograma mensal de realização das despesas orçamentárias (liquidação), classificadas em despesas financeiras, as que correspondem ao pagamento dos Juros e Encargos da Dívida, Concessão de Empréstimos, Aquisição de Título de Capital já Integralizado e Amortização da Dívida, e despesas não-financeiras, as demais despesas do orçamento, agrupadas por grupo de natureza de despesa;

III - o cronograma de pagamentos mensais de despesas incluídos os restos a pagar, esses últimos identificados em processados e não processados, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - Para atender ao *caput* deste artigo, o Poder Executivo elaborará demonstrativo contendo:

I - a previsão de arrecadação da receita desdobrada em metas bimestrais, classificadas em dois grupos - receitas de natureza financeira, que reúne aplicações financeiras,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de bens, e receitas não-financeiras, reunindo as demais receitas do orçamento;

II - o cronograma bimestral de realização das despesas orçamentárias (liquidação), classificadas em despesas financeiras, as que correspondem ao pagamento dos Juros e Encargos da Dívida, Concessão de Empréstimos, Aquisição de Título de Capital já Integralizado e Amortização da Dívida, e despesas não-financeiras, as demais despesas do orçamento agrupadas por grupo de natureza de despesa;

III - o cronograma de pagamentos mensais de despesas, incluídos os Restos a Pagar, esses últimos identificados em processados e não processados;

IV - a previsão de resultados primários, desdobrada por bimestre, de forma a garantir o cumprimento da meta estabelecida nesta lei.

§ 3º - O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão ou local oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023.

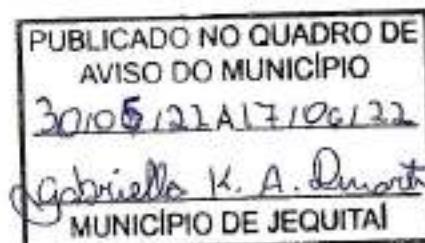
Seção XI

Da definição de critérios para início de Novos Projetos

Art. 42 - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais, observando o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual 2022-2025 e com as normas desta Lei;

II - as dotações consignadas aos projetos em andamento forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico financeiro;





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de créditos.

Parágrafo único - Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária para 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício subsequente.

Seção XII

Da definição das despesas consideradas irrelevantes

Art. 43 - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e outros serviços e compras.

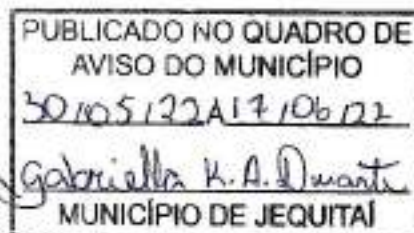
Seção XIII

Das disposições sobre a dívida pública

Art. 44 - A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º - Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º - O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 45 – Na Lei Orçamentária para o exercício de 2023, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 46 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Art. 47 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação da receita – ARO, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

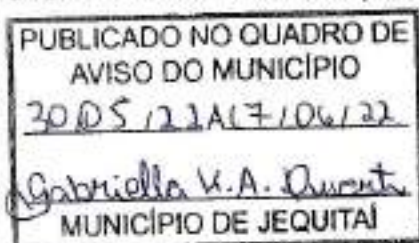
Seção XIV

Disposições Sobre o Orçamento do Poder Legislativo e da Administração Indireta

Art. 48 - As despesas do Poder Legislativo e da Administração Indireta constarão da proposta orçamentária para o exercício de 2023, em programa de trabalho próprio, detalhado, conforme aprovado em Resoluções do órgão colegiado específico, observando o disposto no art. 5º desta Lei.

Art. 49 - Para fins de cumprimento do disposto no Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020, será adotado o Siafic único para o Município, conforme disposto nos incisos I e II do caput do art. 2º do referido Decreto, sendo vedada a existência de mais de um Siafic no município.

§ 1º - Para fins do cumprimento dos prazos estabelecidos em lei com vistas à divulgação das demonstrações contábeis, ao envio das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais de que trata o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, à divulgação dos relatórios de que tratam o § 3º do art. 165 da Constituição e o § 2º do art.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



55 da referida Lei Complementar, e ao envio do Módulo SICOM ao TCE/MG, o Siafic ficará disponível até:

I – o 25º (vigésimo quinto) dia do mês, para os registros necessários à elaboração dos balancetes relativos ao mês imediatamente anterior;

II – 25 de janeiro de 2024, para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício financeiro de 2023, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar; e

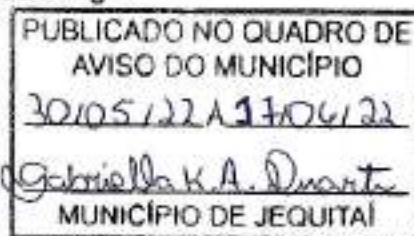
III - último dia do mês de fevereiro de 2024, para outros ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2023 e para as informações com periodicidade anual a que se referem o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º - As demonstrações contábeis a serem enviadas à Prefeitura Municipal pelos consórcios públicos constituídos de acordo com a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 deverão refletir as normas gerais de consolidação das contas dos consórcios determinadas pela portaria 72 de 01 de fevereiro de 2012 expedida pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional).

Art. 50 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os demais gastos com pessoal inativo e pensionistas, não poderá ultrapassar o percentual estabelecido no Inciso I, do artigo 29-A, da Constituição Federal, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências prevista no § 5º, do Art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

§1º - Em conformidade com o Inciso I do artigo 29-A da Constituição Federal, redação atualizada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23/09/2009, o percentual destinado ao Poder Legislativo para cobertura de suas despesas totais, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento).

§2º - É vedado o repasse para atender despesas estranhas às atividades legislativas e superiores ao limite constante do *caput* do Artigo.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



§3º - O Poder Legislativo não poderá gastar mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com a folha de pagamento, incluindo os gastos com o subsídio dos vereadores e excluídos os gastos com inativos.

§4º - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município, obedecendo ao que determina o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal.

Seção XV

Das Disposições Gerais e Finais

PUBLICADO NO QUADRO DE
AVISO DO MUNICÍPIO
30/05/23 A 17/06/23
Gabriella V. A. Duarte
MUNICÍPIO DE JEQUITAI

Art. 51 - As categorias de programação, aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, por meio de Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 52 - A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária Anual para 2023 conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 53 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme dispostos no art. 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei 4.320/1964.

Art. 54 - Fica o Executivo Municipal autorizado a fazer a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



um órgão para outro, justificadamente, de acordo com as disposições constantes do art. 167, VI da Constituição Federal.

Art. 55 - Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar ou acrescentar as fontes/destinação de recursos nas categorias de programação orçamentárias vigentes para o exercício financeiro de 2023, quando estas fontes/destinação de recursos não estiverem sido previstas ou seu valor se tornar insuficiente nas categorias de programação constantes da Lei Orçamentária Anual.

Art. 56 – Ao sancionar a Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo Municipal discriminará e dará ampla publicidade ao Quadro de Detalhamento das Despesas no qual serão informados os elementos de despesas que serão utilizados durante a execução orçamentária de 2023.

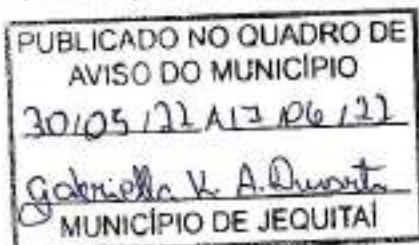
Parágrafo Único - Durante a execução orçamentária de 2023, o Poder Executivo poderá promover por ato próprio alterações de valores ou acréscimo de elementos no Quadro de Detalhamento das Despesas do Município.

Art. 57 - Em cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao regime de previdência dos servidores municipais.

Art. 58 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 59 - As emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2023 deverão ser compatíveis com os programas, ações, metas e objetivos constantes do Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.





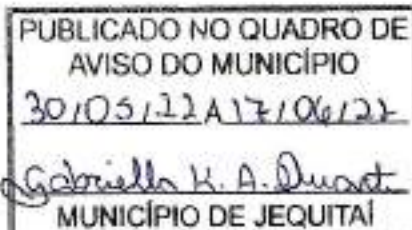
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



§ 1º - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) dotações financiadas com recursos vinculados;
- d) dotações referentes à contrapartida.



§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual não poderão contemplar a transferência de recursos a entidades privadas com fins lucrativos.

§ 4º - Ao projeto de lei do orçamento anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço, sendo necessário a apresentação de projeto básico que comprove a viabilidade técnica e financeira para sua execução.

Art. 60 - As emendas individuais ao projeto de lei do orçamento anual serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, e serão identificadas em nível de projeto/atividade, sendo que para atividade iniciará com o dígito 6 (seis) e para projeto com o dígito 7 (sete).

§1º - Para fins de atendimento aos dispositivos relacionados às emendas individuais ao orçamento público municipal, os órgãos de execução observarão, nos termos desta lei, cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução das respectivas emendas:

I - até 90 (noventa) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II deste parágrafo, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV - se, até 60 (sessenta) dias após o término do prazo previsto no inciso III deste parágrafo, o Poder Legislativo não deliberar sobre o projeto, as emendas serão consideradas com impedimentos de ordem técnica insuperáveis.

§ 2º - As programações orçamentárias originadas de emendas individuais não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica insuperáveis.

§ 3º - Consideram-se impedimentos de ordem técnica insuperáveis:

I - as emendas individuais que desconsiderarem os preceitos constitucionais previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

II - as emendas que apresentem a adoção de ações e serviços públicos para realização de objeto de forma insustentável ou incompleta;

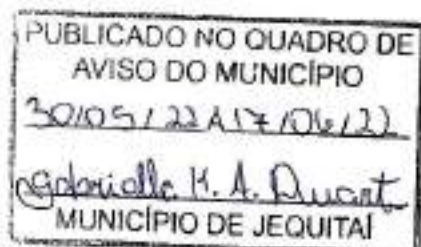
III - as emendas que apresentem a alocação de recursos insuficientes para execução do seu objeto, salvo em atividade dividida por etapas e tecnicamente viável;

IV - a não comprovação de que os recursos orçamentários ou financeiros são suficientes para a conclusão do projeto ou de etapa útil com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

V - a incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;

VI - a incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico financeiro de execução do projeto, no caso de emendas relativas a execução de obras;

VII - a emenda individual que conceda dotação para a instalação ou o funcionamento de serviço público ainda não criado por lei, em desacordo ao disposto na alínea "c" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320/64 e alterações posteriores;





Robrielle V. A. Dantas
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



VIII - a aprovação de emenda individual que conceda dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, em desacordo ao disposto na alínea "b" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320/64 e alterações posteriores;

IX - a destinação de dotação a entidade que não atenda os critérios de utilidade pública;

X - a destinação de dotação a entidade em situação irregular, em desacordo com o disposto no art. 17 Lei Federal nº 4.320/64 e alterações posteriores;

XI - a criação de despesa de caráter continuado para o Município, direta ou indiretamente;

XII - os impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho ou o pagamento dentro do exercício financeiro.

§ 4º - Os impedimentos de ordem técnica de que trata este artigo serão apurados pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações orçamentárias, nos órgãos setoriais e nas unidades orçamentárias, e comporão relatório a ser formalmente comunicado pelo Executivo Municipal.

§ 5º - O Poder Executivo inscreverá em restos a pagar os saldos dos empenhos de emendas parlamentares individuais cujo processo de execução esteja em curso, de forma a garantir a execução plena dos planos de trabalho a que se destinam.

Art. 61 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 62 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivadas por insuficiência de tesouraria.

Art. 63 - Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2023, fica o Executivo Municipal autorizado a executar 1/12 (um doze avos) por mês das dotações orçamentárias correntes constantes da proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida,

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1407.



amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 64 - Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

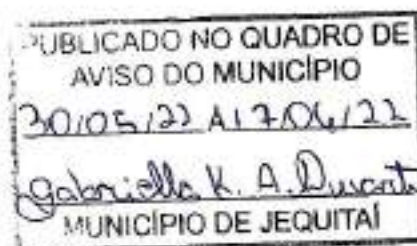
- I – Anexo de Metas Fiscais;
- II – Anexo de Riscos Fiscais;

Art. 65 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jequitai, 18 de abril de 2022.



EDILMA CALDEIRA BENFICA
PREFEITO MUNICIPAL





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO I - METAS ANUAIS art.4º, §1º da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2023		2024		2025	
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB (a x 100) (PIB x 1000)	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (b x 100) (PIB x 1000)
Receita Total	36.035.000,00	34.715.789,51	--	39.850.000,00	37.056.074,77	--
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria(I)	2.139.050,00	2.060.741,81	--	2.552.600,00	2.385.607,48	--
Receitas de Contribuições(II)	450.000,00	433.526,01	--	500.000,00	467.289,72	--
Receitas de Transferências Correntes(III)	28.251.000,00	27.216.763,01	--	31.598.000,00	29.530.841,12	--
Demais Receitas Primárias Correntes(IV)	84.900,00	81.791,91	--	105.000,00	96.130,84	--
Receitas Primárias de Capital(V)	4.750.000,00	4.576.107,50	--	4.505.000,00	4.210.280,37	--
Receitas Primárias(A)=(I+II+III+IV+V)	35.674.950,00	34.368.330,64	--	39.280.600,00	36.692.149,53	--
Despesa Total	36.035.000,00	34.715.789,51	--	39.850.000,00	37.056.074,77	--
Despesas de Pessoal e Encargos Sociais(VI)	15.800.000,00	15.028.901,73	--	17.500.000,00	16.355.140,19	--
Outras Despesas Correntes(VII)	15.270.000,00	14.710.982,66	--	17.350.000,00	16.224.299,07	--
Despesas Primárias de Capital(VIII)	4.800.000,00	4.624.277,46	--	4.400.000,00	4.112.146,53	--
Despesas Primárias(B)=(VI+VII+VIII)	35.870.000,00	34.364.161,85	--	39.250.000,00	36.691.588,79	--
Resultado Primário(C)=(A-B)	4.950,00	4.768,79	--	600,00	580,75	--
Resultado Nominal	-1.075.125,00	-1.035.765,90	--	-40.262,00	-37.628,04	--
Dívida Pública Consolidada	2.714.205,00	2.614.842,00	--	3.143.944,00	2.938.265,42	--
Dívida Consolidada Líquida	-685.794,00	-680.587,86	--	-726.056,00	-678.557,01	--

Nota: O cálculo das metas acima foi realizado considerando-se o seguinte cenário macro-econômico

Variáveis	2023	2024	2025
PIB real (crescimento % anual)	1,30	2,00	2,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual)	8,00	7,50	7,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano)	5,20	4,20	5,20
Inflação média(%anual)projeçada com base em índices oficiais de inflação	3,60	3,20	3,00
Projeção do PIB do estado - R\$ milhares	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	31.205.000,00	35.063.000,00	36.819.000,00

Métodologia de cálculo dos valores constantes

	2023	2024	2025
Valor Corrente/1,0360		Valor Corrente/1,0700	Valor Corrente/1,1000

**Plena Capacidade e
Assessores LTDA-ME**
Alcômar Santos Rodrigues
ADONALDO DIAS DE ALMEIDA
Contador 47.266

ELDIMA CALDEIRA BENFICA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Discriminação	I Previstas (a)	II Realizadas (b)	Variação(II-I)	
			Valor (c)=(b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	23.500.000,00	34.721.805,35	11.221.805,35	47,75
Receitas Primárias (I)	23.317.400,00	31.144.680,94	7.827.280,94	33,57
Despesa Total	23.500.000,00	21.529.077,71	-1.970.922,29	-8,39
Despesas Primárias (II)	23.195.000,00	21.208.571,06	-1.986.428,94	-8,56
Resultado Primário (II)-(I-II)	122.400,00	9.936.109,88	9.813.709,88	8.017,74
Resultado Nominal	0,00	-10.213.888,75	-10.213.888,75	
Dívida Pública Consolidada	3.864.456,08	-308.702,93	-4.171.159,01	-107,94
Dívida Consolidada Líquida	-8.670.795,26	-10.213.888,75	-1.543.093,49	17,80

ADONIRAM SANTOS RODRIGUES
Contador 41286

ELDIRA CALDEIRA BENFICA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO art.4º,§2º, inciso II da LRF

Município						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2020	%	2021	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	6.003.912,63	100,00	14.078.446,44	100,00	25.312.899,47	100,00
TOTAL:	6.003.912,63	100,00	14.078.446,44	100,00	25.312.899,47	100,00

Regime Previdenciário						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2020	%	2021	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00

Plena Contabilidade &
Assessoria LTDA-ME
Adoniram Santos Rodrigues
CONTADOR - CREA-MG 41.295
ADONIRAM SANTOS RODRIGUES
Contador 41298

ELIANA CALDEIRA BENFICA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS art.4º,§2º,inciso III da LRF

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2020 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2019 (d)	2020 (e)	2021 (f)
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO:	$g=(a-d)$	$h=(b-e)+g$	$i=(c-f)+h$
	0,00	0,00	0,00

Plena Contabilidade e
Assessoria LTDA-ME
Avenida Carlos Rodrigues
CONTADOR ORÇÃO 41.288

ELIANA CALDEIRA BENFICA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

VI ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA Art. 4º, §2º, inciso V da LRF

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
IPRTU	Isenção Caráter não geral	CONSTRUÇÃO CASAS POPULARES	8.000,00	9.000,00	10.000,00	ALTERAÇÃO ALIQUOTAS TRIBUTARIAS
ISSQN	Anistia	INSTALAÇÃO INDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO	10.000,00	12.000,00	14.000,00	EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA
ISSQN	Isenção Caráter não geral	CONSTRUÇÃO CASAS POPULARES	8.000,00	9.000,00	9.000,00	ALTERAÇÃO DE ALIQUOTAS
TOTAL:			26.000,00	30.000,00	33.000,00	

ADONIRAM SAUTOS RODRIGUES
Conselheiro 41266

ELDIMA CALDEIRA BENFICA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Folha: 1
Ano de 2023

CÓD.	DESCRIÇÃO/Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
01	CÂMARA MUNICIPAL				
0001	PROCESSO LEGISLATIVO				
2001	Remuneração do Corpo Legislativo	FOLHAS EMPENHADAS	Unidade	13,00	Rural e Urbana
2002	Manut. Despesas de Viagens e Congressos	DESPESAS EMPENHADAS	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2003	Manut. Despesas C/ Homenagens e Festividades	DESPESAS EMPENHADAS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
0002	GESTÃO MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA				
2004	Manutenção dos Serviços Administrativos	SERVIÇOS MANTIDOS	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2005	Manutenção Contribuições Previdenciárias	CONTRIBUIÇÕES EMPENHADAS	Unidade	13,00	Rural e Urbana
3001	Aquis. Const. Ampl. Reforma do Predio da Câmara	PREDIO REFORMADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3002	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	SETOR EQUIPADO	Unidade	2,00	Rural e Urbana
02	PREFEITURA MUNICIPAL				
0000	ENCARGOS ESPECIAIS				
2010	Despesas C/ Precatórios e Cumprimento de Sentenças Judiciais	DÍVIDAS APRESENTADAS	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2015	Despesa C/ Manutenção de Inativos e Pensionistas	FOLHAS EMPENHADAS	Unidade	13,00	Rural e Urbana
2110	Encargos C/ Pagamento de Empréstimos e Parcelamentos de Dividas	PARCELAS PACTUADAS A VENCER	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2127	Despesas C/ Contribuições para o P.A.S.E.P.	PASEP EMPENHADO	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2128	Despesas C/ Pagamentos de Inativos e Pensionistas	FOLHAS EMPENHADAS	Unidade	13,00	Rural e Urbana
3062	Amortização de Parcelamento Dividas Previdenciárias	PARCELAS PACTUADAS A VENCER	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
3063	Amortização de Parcelamento de Dividas Diversas	PARCELAS PACTUADAS A VENCER	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
0002	GESTÃO MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA				
2006	Manutenção Atividades do Gabinete do Prefeito	GABINETE MANTIDO	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2007	Manutenção Secretaria Geral e Assessora do Gabinete	ATIVIDADES MANTIDAS	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2008	Despesas Com Hospedagens, Homenagens e Recepções	DESPESAS EMPENHADAS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
2009	Manut. Atividades do Órgão Central de Controle Interno	CONTROLE INTERNO MANTIDO	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2011	Manutenção Atividades da Assessoria Jurídica	ASSESS JURÍDICA MANTIDA	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2094	Manutenção Atividades Coord. Secretaria de Agricultura	ATIVIDADES MANTIDAS	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2103	Manutenção Coordenação Secretaria de Meio Ambiente	ATIVIDADES MANTIDAS	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2107	Manutenção Atividades dos Serviços Administrativos	DESPESAS EMPENHADAS	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2108	Pagamento de Despesas do Exercício Anterior	R. H. MANTIDO	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2111	Manutenção dos Serviços de Movimentação de Pessoal	SETOR MANTIDO	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2112	Manutenção Atividades Compras e Licitações	SETOR MANTIDO	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2113	Manutenção atividades do Arroxanizado	ATIVIDADES MANTIDAS	Porcentual	100,00	Rural e Urbana
2114	Manutenção das atividades Defesa Civil	ATIVIDADES MANTIDAS	Porcentual	100,00	Rural e Urbana

U-263

Sintese - Tecnologia e Informática Ltda

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

COD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2115	Despesas com Hospedagens, Homenagens e Recepções	DESPESAS EMPENHADAS	Unidade	2,00	Rural e Urbana
2116	Despesas com Divulgação de Atos Oficiais e Administrativos	ATOS DIVULGADOS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2117	Consumo Energia Elétrica e Telefone de Predios Públicos Municipais	TARIFAS EMPENHADAS	Unidade	12,00	Rural e Urbana
2118	Manutenção Contribuições P/Associação de Apoio ao Município	CONTRIBUIÇÕES PAGAS	Unidade	12,00	Rural e Urbana
2119	Manutenção Atividades do Serviço de Contabilidade	CONTABILIDADE MANTIDA	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2120	Manutenção Atividades dos Serviços de Tercouraria	TESOURARIA MANTIDA	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2121	Manutenção Atividades do Serviço de Tribulação e SIAT	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2122	Participação em Consórcios Públicos	CUMPRIMENTO CONTRATOS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2123	Manutenção Obrigações Previdenciárias e Sociais - RGPS	CONTRIBUIÇÕES EMPENHADAS	Unidade	13,00	Rural e Urbana
2129	Manutenção Atividades do Serviço Municipal de Obras Públicas	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2132	Manutenção Coordenação Secretarias de Infra-Estrutura Urbana	COORDENAÇÃO MANTIDA	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2137	Manutenção Serviços de Transportes e Oficinas Municipais	SERVIÇOS MANTIDOS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2139	Manutenção Coordenação Secretarias de Infra-Estrutura Rural	COORDENAÇÃO MANTIDA	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2141	Manutenção Atividades Administração Serviços Culturais	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
3003	Equipamentos Diversos para o Gabinete e Assessoria	GABINETE EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3004	Aquisição de Veículo P/Gabinete	VEICULO ADQUIRIDO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3052	Equipamentos Div. Secretaria de Agricultura	SECRETARIA EQUIPADA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3058	Equip. Div p/Coordenação Secretaria Meio Ambiente	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3060	Equipamentos Diversos Para Serviços Administrativos	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3064	Equipos diversos para a defesa civil	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	Unidade	6,00	Rural e Urbana
3065	Equipamentos Diversos P/Serviços de Contabilidade	CONTABILIDADE EQUIPADA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3066	Equipamentos Diversos Para Serviços de Tesouraria	TESOURARIA EQUIPADA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3067	Equipamentos Diversos Para Serviço de Tribulação e SIAT	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3068	Participação em Consórcios Públicos	CONTRATOS MANTIDOS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
3069	Equipamentos Diversos P/Serviço Obras Públicas Municipais	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3070	Construção e Melhoramentos em Predios Públicos Municipais	PREDIOS CONST/AMPLIADO	Unidade	2,00	Rural e Urbana
3073	Equipamentos Diversos P/Secretaria de Infra-Estrutura Urbana	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3074	Aquisição de imóveis de interesse da municipalidade	IMOVEIS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3080	Equipamentos Div. P/Serviço de Transportes e Oficinas Municipais	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3082	Equipamentos Diversos P/Secretaria de Infra-Estrutura Rural	SECRETARIA EQUIPADA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3087	Equipamentos Diversos p/Administração serviços culturais	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
0003	CIDADE SEGURA				
2124	Manutenção Convênio Policia Militar	CONVÊNIO MANTIDO	Unidade	1,00	Rural e Urbana

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

COD.	DESCRIÇÃO (Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2125	Manutenção do Convênio Com a Polícia Civil	CONVÊNIO MANTIDO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
0004	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2078	Manutenção Atividades Secretaria de Assistência Social	PROGRAMA MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2079	Manutenção atividades programa bolsa renda 4402/2021	PROGRAMA MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2080	Manutenção Programas Socioassistenciais	CONSELHO MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2081	Manutenção das atividades do CIMDA	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2082	Manutenção das atividades do conselho tutelar	AÇÕES REALIZADAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2083	Ações de Fortalecimento de controle social no SUAS	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3039	Equipamentos Diversos Para Coordenação dos Serv. de Asses. Social	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	Unidade	7,00	Rural e Urbana
3039	Aquisição de equiptos diversos p/program. socioassistenciais	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	Unidade	4,00	Rural e Urbana
3040	Aquisição de equiptos diversos para o CIMDA	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3041	Aquisição de equiptos para o conselho tutelar				
0005	PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2085	Manutenção das Atividades da Proteção Social Básica	BENEFÍCIOS MANTIDOS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2086	Manutenção de benefícios eventuais	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3043	Equipamentos Diversos para Proteção Social Básica	OBRA CONSTRUÍDA/AMPLIADA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3044	Construção/implantação de Unidades da Proteção Social Básica				
0008	PROGRAMA COMUNIDADE ASSISTIDA	GESTÃO SUAS MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2084	Apoio à Organização e Gestão do SUAS - IGD SUAS	SERVIÇOS EM PLENO FUNCIONAMENTO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2080	Manutenção de Programas e Projetos no âmbito do SUAS	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2093	Manutenção das atividades do Fundo Municipal Criança e Adolescente	EVENTOS PROMOVIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
2126	Realização de Eventos de Promoção da Cidadania	GESTÃO SUAS EQUIPADA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3042	Aquisição de Equipamentos p/Gestão do SUAS - IGD/SUAS	EQUIPTOS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3043	Equipamentos p/programas e Projetos no âmbito do SUAS	EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3051	Equitos para Fundo Municp. Criança e Adolescente				
0007	PROGRAMA SOCIAL PROTEÇÃO ESPECIAL	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2087	Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2098	Manutenção Proteção Social Especial de Alta Complexidade	EQUIPTOS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3045	Equipamentos/melhor Proteção Social Especial de Média Complexidade	EQUIPTOS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3046	Equipamentos/melhor Serv. Proteção Social Especial de Alta Complexidade				
0009	GESTÃO PROG. CADÚNICO BOLSA FAMÍLIA	GESTÃO MANTIDA	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2085	Gestão do programa Bolsa Família e do Cadastro Único IGD PBF	EQUIPTOS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3047	Equipamentos p/Bolsa Família e Cadastro Único-IGD PBF				

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
0010	PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA - A SAÚDE				
2006	Manutenção Acadêmica Saúde, Unidades Médicas e Postos Saúde	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2057	Manutenção Recursos em Unidades de Saúde diversas, inclusive academias	UNIDADES REFORMADAS	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
2058	Manutenção das Atividades da Saúde da Família - SF	PSF MANTIDO	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2059	Manutenção das Atividades dos serviços de odontologia	PROGRAMA MANTIDO	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2060	Manut. obrigações patronais da atenção básica	CONTRIBUIÇÕES PAT. EMPENHADAS	Unidade	13,00 Rural e Urbana	
2061	Manutenção das atividades dos agentes comunitários de saúde - ACS	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2062	Manut. ativid. combate ao COVID 19	PLENO FUNCIONAMENTO ATIVIDADE	Unidade	100,00 Rural e Urbana	
3023	Consil. Melhor e Equipam. P/Unid. Médicas, Ac. Saúde e Postos de Saúde	UNIDADES CONSTRUÍDAS	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3024	Equipamentos Diversos Para a Atenção Básica	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
0011	ATENÇÃO SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEX.				
2063	Despesas C/Auxílios em Viagens P/Tratamento de Saúde - TFD	DEMANDAS APRESENTADAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2064	Manutenção Atividades Programa Municipal Transporte Doentes	PROGRAMA MANTIDO	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2065	Concessão Auxílio Financeiro a Carentes P/Tratamento de Saúde	DEMANDAS APRESENTADAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2066	Manutenção dos Serviços de MAC Ambulatorial e Hospitalar	SERVIÇOS MANTIDOS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2067	Manutenção Contribuições P/Associação de Apoio à Saúde	CONTRIBUIÇÕES EMPENHADAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2068	Participo Construtoras Públi. Saúde - C/ISRU, C/IS Auto Verde, C/IS Portal e o	CONTRATOS EMPENHADOS	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
2069	Cumprimento de Determinação Judicial no âmbito de Saúde	DEMANDAS APRESENTADAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
3025	Aquisição Veículos P/Programa Transporte de Doentes	VEÍCULO ADQUIRIDO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3026	Obras/Equipamentos Para Serviços de Média e Alta Complexidade	SETOR MELHORADO/EQUIPADO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3027	Participo onstutoras Públicas Saúde-C/ISRU, C/IS Auto Verde, C/IS Portal e	CONTRATO MANTIDO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
6001	Concessão auxílio financeiro carentes para tratamento fora do domicílio	AUXÍLIOS CONCEDIDOS	Unidade	0,00 Rural e Urbana	
0012	PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
2070	Manutenção Atividades da Vigilância Sanitária Municipal	VIGILÂNCIA MANTIDA	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2071	Manut. ativid. funcionamento canal municipal	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2072	Manutenção Atividades da Vigilância Epidemiológica Municipal	VIGILÂNCIA MANTIDA	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
3028	Equipamentos Para Vigilância Sanitária Municipal	VIGILÂNCIA EQUIPADA	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3029	Obras de Construção/Equipação de um canal municipal	OBRA CONSTRUÍDA	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3030	Obras/Equipamentos Diversos P/Vigilância Epidemiológica	OBRA REALIZADA/EQUIPOS ADQUIRIDO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
0013	GESTÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE				
2051	Manutenção da Administração da Secretaria Municipal de Saúde	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2052	Despesa C/Contratação de Aluguel e Seguros - Saúde	CONTRATOS EMPENHADOS	Unidade	12,00 Rural e Urbana	
2053	Cons. Água, Energia e Telefone Públicos Públi. Mun. - Saúde	TARIFAS EMPENHADAS	Unidade	12,00 Rural e Urbana	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CÓD.	DESCRIÇÃO/Entidade/Programa/Ação	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2054	Apoio ao Conselho Municipal de Saúde	APOIO MANTIDO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
2055	Obrigações Previdenciárias e Sociais Servidores da Saúde - RGPS	OBRIGAÇÕES EMPENHADAS	Unidade	13,00 Rural e Urbana	
3021	Equipos e material permanente p/o conselho municipal saúde	EQUIPOS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3022	Equipamentos Diversos Administ. Secretaria Municipal de Saúde	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
0014	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				
2073	Manutenção do programa estadual de atendimento farmacêutico básico	TRANSFERÊNCIAS MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2074	Aquisição Medicamentos Para Manutenção da Farmácia Básica	FARMÁCIA BÁSICA MANTIDA	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2075	Manutenção dos Serviços de Assistência Farmacêutica Básica	SERVIÇOS MANTIDOS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
3031	Construção Unidades Farmácia Básica Municipal	FARM. BÁSICA EQUIPADA/CONST	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
6002	Manutenção da Farmácia básica	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	0,00 Rural e Urbana	
0016	GESTÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL				
2012	Manutenção Administração do Ensino Municipal	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2013	Cons. Água, Energia e Telefone de Predios Pdo. Municipais - Educação	TARIFAS EMPENHADAS	Unidade	12,00 Rural e Urbana	
2014	Programa de Treinamento/Qualificação Pessoal da Educação	PROFISSIONAIS QUALIFICADOS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2016	Obrigações Previdenciárias e Sociais Servidores da Educação - RGPS	OBRIGAÇÕES EMPENHADAS	Unidade	13,00 Rural e Urbana	
3005	Equipamentos P/Administração do Ensino Municipal	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3006	Aquisição Veículo P/Administração do Ensino	VEÍCULO AQUIRIDO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
0016	PROGRAMA DE ENSINO FUNDAMENTAL				
2031	Manutenção e Reparos em Predios Escolares	ATIVIDADE MANTIDA	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2032	Manutenção Atividades do Ensino Fundamental	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2033	Despesas c/ Remuneração Prof. Magistério	FOLHAS EMPENHADAS	Unidade	13,00 Rural e Urbana	
2034	Aquisição Material Didático, Pedagógico e uniformes escolares	PROGRAMA DE DOAÇÃO MANTIDO	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2035	Manutenção Programa Municipal de Transporte de Estudantes	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2036	Manutenção Programa Municipal de Merenda Escolar	PROGRAMA DE MERENDA MANTIDO	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2037	Implantacao de projetos spote e incentivo alunos ensino fundamental	INCENTIVO REALIZADO	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2039	Manutenção das Atividades do EJA	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2040	Manutenção atividades de Teleaulas	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2041	Despesas com remuneração dos profissionais do EJA	FOLHAS EMPENHADAS	Unidade	13,00 Rural e Urbana	
2042	Implementação de cursos profissionalizantes	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2043	Manutenção da Merenda Escolar para EJA	PROGRAMA DE MERENDA MANTIDO	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
3011	Equipamentos Diversos P/Manutenção do Ensino Fundamental	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3012	Ampliação/Construção Unidades Fisicas do Ensino Fundamental	UNIDADES CONSTRUÍDA/AMPLIDA	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3013	Aquisição Veículos P/Transporte de Estudantes	VEÍCULO ADQUIRIDO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Página: 6

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

COD.	DESCRIÇÃO/Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
0017	PROGRAMA DE ENSINO ESPECIAL				
2028	Manutenção Atividades do Ensino Especial	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2029	Despesas C/Remuneração Profissionais do Ensino Especial	FOLHAS EMPENHADAS	Unidade	13,00	Rural e Urbana
2030	Manutenção Programa Merenda P/Educação Especial	PROGRAMA DE MERENDA MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2018	PROGRAMA DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR				
2017	Concessão de Bolsas de Estudo P/Nível Superior	DEMANDA APRESENTADA	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2018	Apoio ao Transporte Estudantes de Nível Superior	APOIO MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2018	Manutenção de convênios/parcerias com universidades/faculdades de ensino	CONVENIOS MANTIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
2036	Despesas C/Concessão Bolsas de Estudo e premiações até o Segundo Grau	BOLSAS CONCEDIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
3007	Aquisição veículos transporte estudantes nível superior	VEICULO ADQUIRIDO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
0019	PROGRAMA DE ENSINO INFANTIL				
2020	Manutenção Programa de Merenda P/Creches Municipais	PROGRAMA DE MERENDA MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2021	Manutenção da Merenda P/Pré-Escolar	PROGRAMA DE MERENDA MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2022	Manutenção de Creches Municipais	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2023	Manutenção Atividades do Ensino Pré-Escolar	PRÉ-ESCOLAR MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2024	Despesas C/Remuneração Profissionais do Ensino Infantil - creche	FOLHAS EMPENHADAS	Unidade	13,00	Rural e Urbana
2025	Aquisição de materiais didáticos/pedagógico e uniformes - creche	MATERIAL ADQUIRIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2026	Aquisição de materiais didáticos/pedagógicos e uniformes - pré-escolar	MATERIAL ADQUIRIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2027	Despesas C/Remuneração profissionais do ensino infantil - pré-escola	FOLHAS EMPENHADAS	Unidade	13,00	Rural e Urbana
3008	Construção e Melhoramentos em Creches	CRECHES CONSTRUÍDA/AMPLIADA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3009	Ampliação e Melhoramentos no Ensino Pré-Escolar	PRÉ-ESCOLAR CONST/AMPLIADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3010	Aquisição de veículo para transporte alunos educação infantil	VEICULO ADQUIRIDO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
0020	CIDADE CULTURAL				
2142	Manutenção Atividades da Biblioteca Pública Municipal	BIBLIOTECA MANTIDA	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2143	Despesas C/Promoção de Eventos Artísticos e Culturais	EVENTOS MANTIDOS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2144	Apoio Realização de Carnaval, Festas Cívicas e Populares	CARNAVAL E FESTAS REALIZADAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2145	Manutenção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2146	Implantação e manutenção de grupos/associações culturais	ATIVIDADE MANTIDA	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2147	Apoio e incentivo as classes de artes, artes, artes e afins	INCENTIVOS REALIZADOS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2148	Apoio e criação de uma banda musical no Município	APOIO REALIZADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3088	Instalação de Biblioteca Pública Municipal	BIBLIOTECA INSTALADA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3089	Aquisição de equipamentos diversos p/banda de música do Município	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
0021	TURISMO				

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Cód.	DESCRIÇÃO (Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2048	Concessão de contribuição ao Circuito Turístico Serra do Cabral de Min	CONTRIBUIÇÕES EMPENHADAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2049	Manutenção dos Serviços de Turismo e do FUNTUR	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2050	Manutenção de pontos turísticos no Município/parque e outros	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
3019	Contratados P/Serv. Apoio ao Turismo no Município e pelo FUNTUR	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3020	Obras de construção e melhoramentos em pontos turísticos do município	PONTOS TURÍSTICOS MELHORADOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
0022	INFRAESTRUTURA E URBANISMO				
2109	Participar em consórcio mant. rede iluminação pública	CONSORCIO MANTIDO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
2130	Manutenção e Reparo em prédios Públicos Municipais	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2131	Manutenção Torre de Captação Sinal de Televisão	TORRE MANTIDA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
2133	Manutenção Atividades dos Serviços de Vias Urbanas Municipais	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Urbana
2134	Manutenção Atividades de Limpeza Pública Municipal	ATIVIDADE MANTIDA	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2135	Manutenção de Praças, Parques e Jardins e cemitérios	PRAÇAS MANTIDAS	Percentual	100,00	Urbana
2136	Manutenção Rede Iluminação Pública	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
3055	Implantação Eletricização Rural	ELETRIFICAÇÃO IMPLANTADA	Km²	1,00	Rural
3061	Participar em Consórcio de mant. em rede iluminação pública	CONSORCIO MANTIDO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3071	Aquisição de imóveis de interesse da municipalidade	IMÓVEIS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00	Urbana
3072	Equipamentos e Ampliação Torre Captação Sinal de Televisão	TORRE EQUIPADA/AMPLIADA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3075	Equipamentos Diversos P/ Manutenção Serv. Vias Urbanas Municipais	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Urbana
3076	Construção e Melhoramentoinfrastructurel em Vias Urbanas Municipais	VIAS CONSTRUÍDAS/AMPLIADAS	Unidade	1,00	Urbana
3077	Melhoramentos e Equipamentos Diversos P/ Limpeza Pública Municipal	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3078	Construção e Melhoramentos de Praças Parques e Jardins e cemitério	PRAÇAS CONSTRUÍDAS/AMPLIADAS	Unidade	1,00	Urbana
3079	Despesa C/Extensão de Rede Iluminação Pública Urbana	REDES ESTENDIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
0023	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO				
2076	Despesa Com Abastecimento Água Zona Rural	SISTEMA MANTIDO	Percentual	100,00	Rural
2077	Participar em Consórcio de Gestão de Resíduo Sólido	CONTRIBUIÇÕES MANTIDAS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3032	Ampliação e Melhoramentos Sistema Abastecimento de Água Zona Rural	SISTEMA INSTALADO/AMPLIADO	Unidade	1,00	Rural
3033	Investimentos em Obras de Saneamento Geral	OBRAS REALIZADAS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3034	Construção do Sistema Captação Esgotos Sanitários	SISTEMA CONSTRUÍDO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3035	Obras P/Contenção de Encostas e Drenagem Pluviais	OBRAS REALIZADAS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3036	Ampliação e Melhoramentos Sistema Abastecimento de Água Área Urbana	SISTEMA INSTALADO/AMPLIADO	Unidade	1,00	Urbana
3037	Participar em Consórcio de Gestão de Resíduo Sólido	CONTRIBUIÇÃO MANTIDA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
0024	MORAR MELHOR				
2091	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Habitação Popular	FUNDO MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2092	Melhorias Habitacionais para famílias em situação de risco	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
3049	Equipamentos P/Fundo Municipal de Habitação Popular	FUNDO EQUIPADO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3050	Manutenção Programa Construção de Casas P/Camantes	PROGRAMA MANTIDO	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
0025	MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL				
2104	Manutenção, Controle e Fiscalização do Meio Ambiente	SERVIÇOS MANTIDOS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2105	Manutenção Convênio IEF	CONVENIO MANTIDO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
2106	Participação em consórcio(s) público(s) de pol. meio ambiente	CONTRIBUICAO MANTIDA	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3059	Equip. Diversos P/Serviços de Controle e Fiscalização Meio Ambiente	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
0026	DESENVOLVIMENTO RURAL				
2095	Manutenção Atividades do Mercado e Feiras Livres	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2096	Manutenção Convênio Entidade de Apoio à Agropecuária	CONVENIO MANTIDO	Unidade	1,00 Rural	
2097	Implantação e manutenção de um banco de alimentos no município	BANCO DE ALIMENTOS IMPLANTADO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
2098	Programa de Incentivo ao Produtor Rural	PROGRAMA DE INCENTIVO MANTIDO	Percentual	100,00 Rural	
2099	Apoio Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	CONSELHO APOIADO	Unidade	1,00 Rural	
2100	Aquisição Sementes, Mudas e Insumos P/Apoio ao Pequeno Produtor	PROGRAMA DE APOIO MANTIDO	Percentual	100,00 Rural	
2101	Despesas C/Manutenção Convênio EMATER	CONVENIO EMATER MANTIDO	Unidade	1,00 Rural	
2102	Manutenção do Convênio Com o IMA	CONVENIO IMA MANTIDO	Unidade	1,00 Rural	
3053	Construção e Equipamentos Para Mercado Municipal	MERCADO CONSTEQUIPADO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3054	Aquisição de Veículos transporte feirantes/pequeno produtor	VEICULO ADQUIRIDO	Unidade	0,00 Rural e Urbana	
3056	Invest. Programas Combate à Seca c/pef poços artísticos/água e outro	PROGRAMA MANTIDO	Percentual	100,00 Rural	
3057	Aquisição de Veículos e Equipamentos Agrícolas	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00 Rural	
0027	TRANSPORTE E MOBILIDADE				
2136	Manutenção do Terminal Rodoviário de Passageiros	TERMINAL MANTIDO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
2140	Manutenção Atividades Serviço de Estradas Vicinais	ATIVIDADE MANTIDA	Percentual	100,00 Rural	
3081	Aquisição Veículos, Máquinas e Equipamentos Rodoviários	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3083	Construção e Melhoramentos em Estradas Vicinais	ESTRADAS CONST/AMPLIADAS	Unidade	1,00 Rural	
3084	Construção e Melhoramentos de Pontes e Mals Burros	PONTES/MATA BURROS CONST/AMPL	Unidade	1,00 Rural	
3085	Aquisição de veículos/máquinas/equipos infra est. rural	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00 Rural e Urbana	
3086	Equipos diversos para serv. infra estrutura rural	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	Unidade	20,00 Rural e Urbana	
0028	PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER				
2044	Manutenção do Parque de lazer	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2045	Manutenção Serviços de Esportes e Lazer	SERVIÇOS MANTIDOS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	
2046	Manutenção Campos de Futebol e Unidades Esportivas	UNIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00 Rural e Urbana	

ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CÓD.	DESCRIÇÃO(Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2062	Melhorias Habitacionais para famílias em situação de risco	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
3049	Equipamentos P/Fundo Municipal de Habitação Popular	FUNDO EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3050	Manutenção Programa Construção de Casas P/Carentes	PROGRAMA MANTIDO	Percentual	100,00	Rural e Urbana
0025	MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL				
2104	Manutenção, Controle e Fiscalização do Meio Ambiente	SERVIÇOS MANTIDOS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2105	Manutenção Convênio IEF	CONVENIO MANTIDO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
2106	Participação em consórcio(s) público(s) de prot. meio ambiente	CONTRIBUICAO MANTIDA	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3059	Equip. Diversos P/Serviços de Controle e Fiscalização Meio Ambiente	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
0028	DESENVOLVIMENTO RURAL				
2095	Manutenção Atividades do Mercado e Feiras Livres	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2096	Manutenção Convênio Entidade de Apoio à Agropecuária	CONVÊNIO MANTIDO	Unidade	1,00	Rural
2097	Implementação e manutenção de um banco de alimentos no município	BANCO DE ALIMENTOS IMPLANTADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
2098	Programa de Incentivo ao Produtor Rural	PROGRAMA DE INCENTIVO MANTIDO	Percentual	100,00	Rural
2099	Apoio Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural	CONSELHO APOIADO	Unidade	1,00	Rural
2100	Aquisição Sementes, Mudas e Insumos P/Apoio ao Pequeno Produtor	PROGRAMA DE APOIO MANTIDO	Percentual	100,00	Rural
2101	Despesas C/Manutenção Convênio EMATER	CONVENIO EMATER MANTIDO	Unidade	1,00	Rural
2102	Manutenção do Convênio Com o IMA	CONVENIO IMA MANTIDO	Unidade	1,00	Rural
3053	Construção e Equipamentos Para Mercado Municipal	MERCADO CONSTR/EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3054	Aquisição de Veículos p/transporte feirantes/pequeno produtor	VEICULO ADQUIRIDO	Unidade	0,00	Rural e Urbana
3056	Invest. Programas Combate à Seca c/oper. poços artesianos/digue e outro	PROGRAMA MANTIDO	Percentual	100,00	Rural
3057	Aquisição de Veículos e Equipamentos Agrícolas	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural
0027	TRANSPORTE E MOBILIDADE				
2138	Manutenção do Terminal Rodoviário de Passageiros	TERMINAL MANTIDO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
2140	Manutenção Atividades Serviço de Estradas Vicinais	ATIVIDADE MANTIDA	Percentual	100,00	Rural
3081	Aquisição Veículos, Máquinas e Equipamentos Rodoviários	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3083	Construção e Melhoramentos em Estradas Vicinais	ESTRADAS CONST/AMPLIADAS	Unidade	1,00	Rural
3084	Construção e Melhoramentos de Pontes e Mata Burros	PONTES/MATA BURROS CONST/AMPL	Unidade	1,00	Rural
3085	Aquisição de veículos/máquinas/equipos infra est. rural	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3086	Equipos diversos para serv. Infra estrutura rural	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	Unidade	20,00	Rural e Urbana
0028	PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER				
2044	Manutenção do Parque de varzeada	ATIVIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2045	Manutenção Serviços de Esportes e Lazer	SERVIÇOS MANTIDOS	Percentual	100,00	Rural e Urbana
2046	Manutenção Campos de Futebol e Unidades Esportivas	UNIDADES MANTIDAS	Percentual	100,00	Rural e Urbana

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX - METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CÓD.	DESCRIÇÃO/Entidade/Programa/Ação)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Meta	Região
2047	Apoio e realização de eventos/torneios esportivos	EVENTOS/ TORNEIOS REALIZADOS	Unidade	2,00	Rural e Urbana
3014	Obras de construção e equipação de um parque de Vaquejada	UNIDADE ESTRUTURADA	Unidade	1,00	Urbana
3015	Construção e Melhoramentos em Campos de Futebol e Unidades Esportivas	UNIDADES CONST/AMPLIADAS	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3016	Equipamentos Diversos P/Serviços de Esporte e Lazer	SETOR EQUIPADO	Unidade	1,00	Rural e Urbana
3018	Aquisição de equiptos p/lacatemia ao ar livre	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	Unidade	20,00	Rural e Urbana
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA CONSTITUIDA	Percentual	100,00	Rural e Urbana
9999	Reserva de Contingência				

ADONIRAM SANTOS RODRIGUES
Contador 41266

ELDIMA CALDEIRA BENFICA
Prefeita Municipal

2023

PASSIVOS CONTINGENTES		Providências	
descrição	valor	descrição	valor
Demandas Judiciais	50.000,00	ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTIGENCIA	50.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	40.000,00	ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTIGENCIA	40.000,00
Assunção de Passivos	30.000,00	ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTIGENCIA	30.000,00
SUBTOTAL:	120.000,00	SUBTOTAL:	120.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		Providências	
descrição	valor	descrição	valor
Frustração de Arrecadação	1.500.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS	1.500.000,00
Restituição de Tributos a Maior	8.000,00	ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTIGENCIA	8.000,00
Asserção de Projeções	350.000,00	ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTIGENCIA	350.000,00
SUBTOTAL:	1.858.000,00	SUBTOTAL:	1.858.000,00
TOTAL:	1.978.000,00	TOTAL:	1.978.000,00

ADONIRAM SANTOS RODRIGUES
Contrador 41266EDSONA GALDEIRA BENEÇA
Preleito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS ART. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				ORÇADA			PREVISÃO	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
RECEITAS CORRENTES	21.433.995,08	24.242.617,21	29.815.667,08	29.938.000,00	35.063.000,00	39.397.000,00	41.370.000,00		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	723.323,50	1.420.009,88	1.674.952,26	1.670.900,00	2.139.000,00	2.552.600,00	2.691.000,00		
CONTRIBUIÇÕES	315.805,05	355.477,96	398.421,11	430.000,00	450.000,00	500.000,00	525.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	40.288,46	14.348,76	218.762,02	77.200,00	284.050,00	311.400,00	325.000,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.155.740,27	22.444.826,02	27.504.970,34	27.508.000,00	32.129.000,00	35.932.000,00	37.753.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.957,80	7.954,59	18.521,35	49.800,00	76.900,00	97.000,00	102.000,00		
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	90.650,98	4.806.138,27	3.570.000,00	4.830.000,00	4.587.000,00	4.818.000,00		
OPERações DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	32.000,00	34.000,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	90.650,98	4.806.138,27	3.240.000,00	4.750.000,00	4.505.000,00	4.724.000,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.601.014,92	-2.807.255,98	-3.358.362,39	-3.508.000,00	-3.878.000,00	-4.334.000,00	-4.551.000,00		
TOTAL:	18.932.980,16	21.726.012,21	31.363.442,96	30.000.000,00	36.035.000,00	39.650.000,00	41.837.000,00		

Plena Contabilidade e
Assessoria LTDA-ME
Adoniram Santos Rodrigues
CONTADOR - ORÇAMG #1.266
ADONIRAM SANTOS RODRIGUES
Contador 41266

ELDIRA CALDEIRA BENFICA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZAS DE DESPESAS	EXECUTADA				ORÇADA			PREVISÃO	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
DESPESAS CORRENTES	17.089.142,63	18.630.337,27	19.678.921,58	23.851.810,00	30.315.000,00	34.260.000,00	35.983.000,00		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.885.925,12	11.481.152,18	12.200.308,62	13.646.800,00	15.800.000,00	17.500.000,00	18.500.000,00		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.498,95	12.379,23	31.129,05	50.000,00	45.000,00	50.000,00	52.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.201.718,55	7.136.795,88	7.447.485,91	10.155.210,00	14.670.000,00	16.710.000,00	17.431.000,00		
DESPESAS DE CAPITAL	726.051,17	1.930.505,31	1.850.156,13	6.085.350,00	5.120.000,00	4.740.000,00	4.854.000,00		
INVESTIMENTOS	537.181,35	1.767.450,13	1.580.778,53	5.864.350,00	4.800.000,00	4.400.000,00	4.600.000,00		
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	188.869,82	173.055,18	269.377,60	201.000,00	320.000,00	340.000,00	354.000,00		
RESERVA CONTINGÊNCIAS RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	82.840,00	800.000,00	850.000,00	700.000,00		
RESERVA CONTINGÊNCIAS RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	82.840,00	800.000,00	850.000,00	700.000,00		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL:	17.825.193,80	20.560.902,58	21.529.077,71	30.000.000,00	36.035.000,00	39.650.000,00	41.637.000,00		

Plena Contabilidade e Assessoria LTDA-ME

Adoniram Santos Rodrigues

CPF nº 030.904.288

ADONIRAM SANTOS RODRIGUES

Contador 41268

ELDIMA CALDEIRA BENFICA

Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUÍAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS(OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS)							
RECEITA TOTAL	18.892.711,70	21.711.663,45	31.144.680,94	29.596.800,00	35.674.950,00	39.250.800,00	41.222.000,00
RECEITAS CORRENTES	18.932.980,16	21.726.012,21	31.353.442,96	30.000.000,00	36.035.000,00	39.650.000,00	41.637.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	21.433.895,08	24.242.617,21	29.815.667,08	29.938.000,00	35.083.000,00	39.397.000,00	41.370.000,00
CONTRIBUIÇÕES	723.323,50	1.420.009,88	1.674.992,26	1.870.900,00	2.138.050,00	2.552.800,00	2.681.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	315.805,05	355.477,96	398.421,11	430.000,00	450.000,00	500.000,00	525.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS	40.268,46	14.348,76	218.762,02	77.200,00	284.050,00	311.400,00	325.000,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	40.268,46	14.348,76	218.762,02	73.200,00	280.050,00	307.400,00	321.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.155.740,27	22.444.826,02	27.504.970,34	27.508.000,00	32.129.000,00	35.932.000,00	37.733.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.857,80	7.954,59	18.521,35	49.900,00	76.900,00	97.000,00	102.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	90.650,98	4.906.138,27	3.570.000,00	4.830.000,00	4.587.000,00	4.818.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	32.000,00	34.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	60.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	90.650,98	4.906.138,27	3.240.000,00	4.750.000,00	4.505.000,00	4.724.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.601.014,92	-2.607.255,88	-3.358.362,39	-3.508.000,00	-3.878.000,00	-4.334.000,00	-4.551.000,00
DEDUÇÕES	40.268,46	14.348,76	218.762,02	403.200,00	360.050,00	389.400,00	415.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS	40.268,46	14.348,76	218.762,02	73.200,00	280.050,00	307.400,00	321.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	32.000,00	34.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	60.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS(OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS)							
DESPA TOTAL	17.624.825,02	20.375.418,17	21.268.571,06	29.749.000,00	35.670.000,00	39.260.000,00	41.231.000,00
DESPESAS CORRENTES	17.825.193,80	20.580.902,58	21.529.077,71	30.000.000,00	36.035.000,00	39.650.000,00	41.637.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.099.142,63	18.630.337,27	19.678.921,56	23.851.810,00	30.315.000,00	34.260.000,00	35.983.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9.885.925,12	11.481.162,18	12.200.305,62	13.646.600,00	15.600.000,00	17.500.000,00	18.500.000,00
	11.498,96	12.379,23	31.129,05	50.000,00	45.000,00	50.000,00	52.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.201.718,55	7.136.795,86	7.447.485,91	10.155.210,00	14.670.000,00	16.710.000,00	17.431.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	726.051,17	1.930.555,31	1.850.158,13	6.065.350,00	5.120.000,00	4.740.000,00	4.554.000,00
INVESTIMENTOS	537.181,35	1.757.480,13	1.560.778,53	5.864.350,00	4.800.000,00	4.400.000,00	4.600.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	188.869,82	173.105,18	289.377,60	201.000,00	320.000,00	340.000,00	354.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIAS/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	82.840,00	600.000,00	650.000,00	700.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIAS/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	82.840,00	600.000,00	650.000,00	700.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES	200.368,78	185.484,41	320.506,55	251.000,00	365.000,00	390.000,00	406.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.498,95	12.379,23	31.129,05	50.000,00	45.000,00	50.000,00	52.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	188.869,82	173.105,18	289.377,60	201.000,00	320.000,00	340.000,00	354.000,00
Resultado Primário:	1.267.886,83	1.336.245,28	9.936.109,88	-152.200,00	4.950,00	600,00	-9.000,00

Pleia Contabilidade e
Assessoria LTDA-ME
Adonilson Santos Rodrigues
CONTADOR - CRC 067/16.088/05
Capitador 41268

ELCIMA CALDEIRA BENFICA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2020 (b)	2021 (c)	2022 (d)	2023 (e)	2024 (f)	2025 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	4.171.159,01	3.864.456,08	3.289.331,00	2.714.206,00	3.143.944,00	2.139.081,00
DEDUÇÕES(II)	2.628.056,52	12.535.251,34	2.900.000,00	3.400.000,00	3.870.000,00	4.400.000,00
Ativo Disponível	3.069.928,42	13.334.194,47	4.000.000,00	4.500.000,00	5.000.000,00	6.000.000,00
Haveres Financeiros	159.419,81	158.658,23	300.000,00	350.000,00	370.000,00	400.000,00
(-) Restos A Pagar Processados	601.282,71	957.601,36	1.400.000,00	1.450.000,00	1.500.000,00	2.000.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	1.543.093,49	-8.670.795,26	389.331,00	-885.794,00	-726.056,00	-2.260.919,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(II+IV-V)	1.543.093,49	-8.670.795,26	389.331,00	-885.794,00	-726.056,00	-2.260.919,00
Resultado Nominal:	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	-1.189.304,44	-10.213.888,75	9.080.126,26	-1.076.125,00	-40.262,00	-1.534.863,00

* (a) Refere-se ao valor da dívida consolidada líquida de 2018(R\$ 732.397,93)

Plena Contabilidade e
Assessoria Contábil
Adonir, Assessoria Contábil
CONTADOR - CRC-MG 41.266

ELDIMA CALDEIRA BENFICA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)							
Dívida Mobiliária	4.201.039,17	4.171.159,01	3.864.456,08	3.289.331,00	2.714.206,00	3.143.944,00	2.139.081,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES(II)							
Ativo Disponível	4.201.039,17	4.171.159,01	3.864.456,08	3.289.331,00	2.714.206,00	3.143.944,00	2.139.081,00
Haveres Financeiros	1.468.041,24	2.628.085,52	12.535.251,34	2.900.000,00	3.400.000,00	3.870.000,00	4.400.000,00
(-) Restos A Pagar Processados	2.401.302,60	3.068.928,42	13.334.194,47	4.000.000,00	4.500.000,00	5.000.000,00	6.000.000,00
	132.617,99	159.419,81	158.658,23	300.000,00	350.000,00	370.000,00	400.000,00
	1.065.279,35	801.282,71	957.601,36	1.400.000,00	1.450.000,00	1.500.000,00	2.000.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA=(I-II):	2.732.397,83	1.543.093,49	-3.670.795,26	389.331,00	-685.794,00	-726.056,00	-2.260.919,00

ADONIRAM SÁBATES RODRIGUES
Contador 41258

ELDIMA CALDEIRA BENFICA
Prefeito Municipal



TABELA EXPLICATIVA DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Lei Nº 4320/64 - Artigo 22 - Inciso 3 - Alíneas A, B, C, D, E, F

RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA		PREVISÃO		
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
RECEITAS CORRENTES	21.433.995,08	24.242.617,21	29.615.667,08	29.938.000,00	35.083.000,00	39.397.000,00	41.370.000,00	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	723.323,50	1.420.009,88	1.674.992,26	1.870.800,00	2.139.050,00	2.552.500,00	2.881.000,00	
CONTRIBUIÇÕES	315.805,05	355.477,96	398.421,11	430.000,00	450.000,00	500.000,00	525.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	40.268,46	14.348,76	218.762,02	77.200,00	284.050,00	311.400,00	325.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.155.740,27	22.444.826,02	27.504.970,34	27.506.000,00	32.129.000,00	35.932.000,00	37.733.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.857,80	7.954,59	18.521,35	49.800,00	76.900,00	97.000,00	102.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	90.550,98	4.906.138,27	3.570.000,00	4.830.000,00	4.587.000,00	4.818.000,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	32.000,00	34.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	80.000,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	90.550,98	4.906.138,27	3.240.000,00	4.750.000,00	4.505.000,00	4.724.000,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.601.014,92	-2.607.255,98	-3.358.362,39	-3.508.000,00	-3.878.000,00	-4.334.000,00	-4.551.000,00	
TOTAL:	18.932.980,16	21.726.012,21	31.353.442,96	30.000.000,00	36.035.000,00	39.650.000,00	41.637.000,00	



TABELA EXPLICATIVA DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Lei Nº 4320/64 - Artigo 22 - Inciso 3 - Alíneas A, B, C, D, E, F

DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA	PREVISÃO		
	2019	2020	2021		2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES	17.089.142,63	18.630.337,27	19.678.921,58	23.851.810,00	30.315.000,00	34.250.000,00	35.983.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.885.925,12	11.481.162,18	12.200.306,62	13.646.600,00	15.600.000,00	17.500.000,00	18.500.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.498,96	12.379,23	31.129,05	50.000,00	45.000,00	50.000,00	52.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.201.718,55	7.136.795,86	7.447.485,91	10.155.210,00	14.670.000,00	16.710.000,00	17.431.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	726.051,17	1.930.565,31	1.650.156,13	6.065.350,00	5.120.000,00	4.740.000,00	4.954.000,00
INVESTIMENTOS	537.161,35	1.767.460,13	1.560.778,53	5.864.350,00	4.800.000,00	4.400.000,00	4.600.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	188.889,82	173.105,18	289.377,60	201.000,00	320.000,00	340.000,00	354.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIAS-RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	82.840,00	600.000,00	650.000,00	700.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIAS-RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	82.840,00	600.000,00	650.000,00	700.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	17.825.193,80	20.560.902,58	21.629.077,71	30.006.000,00	36.035.000,00	39.650.000,00	41.637.000,00

Plena Contabilidade e
Assessoria LTDA-MEADRIANA SANTOS RODRIGUES
CONTADOR - CRC 308 41266
CELSO

ELDIMA CALDERA BENFICA

Prefeito Municipal